Defensoria Pública do Estado do Paraná

Quarta-feira 6 de abril de 2022 **Ano 01 | Número 61**

SUMÁRIO

DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL	. 2
1. ª SUBDEFENSORIA PÚBLICA-GERAL	. 4
COORDENADORIAS DE NÚCLEO ESPECIALIZADO. DE SEDE E DE ÁREA	. 4

Defensoria Pública do Estado do Paraná

Rua Mateus Leme, 1908, Centro CEP 80530-010 - Curitiba - PR Telefone: (41) 3313-7336



Defensoria Pública do Estado do Paraná

Quarta-feira 6 de abril de 2022 **Ano 01 | Número 61**

DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL

EXTRATO DE DECISÃO - PROTOCOLO 18.703.005-6

DECISÃO: Verifica-se, pois, uma convergência de interesse público primário, interesse público secundário e interesse particular da postulante, não havendo, portanto, óbice ao deferimento do pedido. Deste modo, tendo em vista a temporariedade e revogabilidade da

licença aliada à ausência atual de prejuízo ao serviço, entendemos conveniente e oportuna a concessão de licença não remunerada para trato de interesses particulares no presente caso.

Ante o exposto, DEFERE-SE o pedido de licença sem remuneração

para trato de interesses particulares, no período de 21 de março de 2022 a 17 de agosto de 2022, à servidora Laiz Ruiz de Souza..

Curitiba, 17 de março de 2021

ANDRÉ RIBEIRO GIAMBERARDINO

Defensor Público-Geral do Estado do Paraná

RESOLUÇÃO DPG Nº 120, DE 04 DE ABRIL DE 2022

Altera a Resolução DPG nº 76/2022

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais previstas na Lei Complementar Estadual 136/2011;

CONSIDERANDO a alteração do Decreto Estadual nº 10530/2022, promovida pelo Decreto Estadual nº 10596/2022, que afastou a obrigatoriedade do uso de máscaras de proteção facial em ambientes fechados:

CONSIDERANDO o teor do Decreto nº 420/2022 da Prefeitura Municipal de Curitiba que afastou a obrigatoriedade do uso de máscaras em ambientes fechados, com exceção dos serviços de saúde;

CONSIDERANDO a necessidade contínua de respeito às orientações e providências indicadas pela Organização Mundial da Saúde, pelo Ministério da Saúde e pela Secretaria de Estado da Saúde:

CONSIDERANDO o contido no Decreto Judiciário 163/2022, de 29 de março de 2022, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná;

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar o art. 3º da Resolução DPG 76/2022, nos seguintes termos:

Art. 3°. Para acesso às unidades, o público, bem como os/as membros/as, servidores/as, estagiários/as, voluntários/as e prestadores/as de serviços terceirizados deverão preferencialmente utilizar máscaras faciais, sendo tal utilização obrigatória para aqueles que apresentem sintomas de doenças respiratórias.

§1º. Em caso de contaminação comprovada de algum/a membro/a, servidor/a ou estagiário/a, fica estabelecida a recomendação de testagem aos referidos agentes do setor que tiverem tido contato com ele/a nos 03 (três) dias anteriores, bem como o isolamento em caso de sintomas §2º. No interior das unidades, deverá

ser respeitado, sempre que possível, o distanciamento de 1,5 (um metro e meio) entre as pessoas, bem como ser realizada a desinfecção de todos os equipamentos após o expediente; §3°. Os elevadores deverão ser utilizados por apenas uma pessoa por vez, ressalvado o caso de pessoas do convívio regular, devendo haver a



Defensoria Pública do Estado do Paraná

Quarta-feira 6 de abril de 2022 **Ano 01 | Número 61**

higienização das mãos com álcool gel.

§4°. No caso de membros/as, servidores/as e estagiários/as, o envio do comprovante de vacinação deverá seguir os trâmites do art. 2° desta Resolução.

Art. 2º. Acrescentar um §5º no art. 4º da Resolução DPG 76/2022, nos seguintes termos:

§5°. Nos casos de comparecimento espontâneo do/a assistido/a sem agendamento, é assegurado o suporte técnico para agendamento e orientações gerais, podendo ocorrer o atendimento imediato em hipóteses de demandas de urgência, exclusão digital ou dificuldades tecnológicas.

Art. 3º. Revoga-se o art. 5º da Resolução DPG 76/2022.

Art.4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ RIBEIRO GIAMBERARDINO

Defensor Público-Geral do Estado do Paraná

EXTRATO DE DECISÃO - PROTOCOLO 16.589.545-2

DECISÃO: Em observância ao princípio da proporcionalidade e aos demais parâmetros estabelecidos no Edital do Pregão Eletrônico n° 1331/2018 – DEAM/SEAP, determino à empresa Ruana Comércio LTDA a aplicação da sanção de multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor da Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico n° 1331/2018 – DEAM/SEAP, em razão de descumprimento parcial do contrato, fundamentado no atraso injustificado na entrega.

Curitiba, 31 de março de 2021.

OLENKA LINS E SILVA MARTINS ROCHA

Defensora Pública-Geral do Estado do Paraná em exercício

PORTARIA 072/2022/DPG/DPPR

Concede Licença Prêmio a membro da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, considerando o artigo 18, XII e artigo 172, ambos da Lei Complementar Estadual nº 136/2011,

CONCEDE

Art. 1º. Licença Prêmio para a defensora pública abaixo relacionada:

Nome	Cargo	RG	Dias	Período	
Ana Paula Costa Gamero Salem	Defensora Pública	138602940	18	26/07/2022	12/08/2022

Curitiba, 04 de abril de 2021.

ANDRÉ RIBEIRO GIAMBERARDINO

Defensor Público-Geral do Estado do Paraná

PORTARIA 073/2022/DPG/DPPR

Concede Licença Prêmio a membro da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, considerando o artigo 18, XII e artigo 172, ambos da Lei Complementar Estadual nº 136/2011,

CONCEDE

Art. 1º. Licença Prêmio para a defensora pública abaixo relacionada:

Nome	Cargo	RG	Dias	Período



Defensoria Pública do Estado do Paraná

Quarta-feira 6 de abril de 2022 **Ano 01 | Número 61**

Rodrigues	Defensora Pública	139008006	01	22/04/2022
-----------	----------------------	-----------	----	------------

Curitiba, 04 de abril de 2021.

ANDRÉ RIBEIRO GIAMBERARDINO

Defensor Público-Geral do Estado do Paraná

RESOLUÇÃO DPG Nº 121, DE 04 DE ABRIL DE 2022

Nomeação para cargo de provimento em comissão

O **DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ**, no uso das atribuições previstas no art. 18, XII, da Lei Complementar Estadual n° 136/2011;

CONSIDERANDO o estudo de impacto orçamentário-financeiro contido no Protocolo Administrativo nº 18.572.525-1;

CONSIDERANDO o contido no Protocolo Administrativo nº 18.721.551-0;

RESOLVE

Art. 1°. Nomear DAYANA MITIE KODO, RG n° 6438529-1/PR, CPF n° 026.107.009-62, para o cargo de provimento em comissão de Assessor de Órgão de Execução - Simbologia 04-C, da Defensoria Pública do Estado do Paraná, para exercício de suas funções junto ao Setor de Infância Infracional de Curitiba.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

ANDRÉ RIBEIRO GIAMBERARDINO Defensor Público-Geral do Estado do Paraná

1. a SUBDEFENSORIA PÚBLICA-GERAL

RESOLUÇÃO 1ª SUB Nº 015, DE 05 DE ABRIL DE 2022

Designa extraordinariamente Defensora Pública para atuação nas audiências de custódia, na Comarca de Curitiba, no período de 16/05/2022 a 20/05/2022 de 2022.

A 1ª SUBDEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo art. 1º, inciso IX, da Resolução DPG nº 248/2021;

RESOLVE

Art. 1º. Designar extraordinariamente, sem prejuízo de suas atribuições ordinárias, a Defensora Pública **Eliana Tavares Paes Lopes** para atuar na 83ª Defensoria Pública de Curitiba com atribuição para receber os autos de prisão em flagrante e realizar as audiências de custódia, bem como realizar os pedidos mencionados no art. 1º, II, da Deliberação CSDP nº 10/2015 durante a audiência de custódia, conforme disposto na Deliberação CSDP nº 03/2017, durante o período compreendido entre 16/05/2022 a 20/05/2022.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

OLENKA LINS E SILVA MARTINS ROCHA

1ª Subdefensora Pública-Geral do Paraná

COORDENADORIAS DE NÚCLEO ESPECIALIZADO, DE SEDE E DE ÁREA

PORTARIA -FAM/DPPR Nº 009/2022

Altera programação anual de férias do membro da Defensoria Pública do Estado do Paraná.



Defensoria Pública do Estado do Paraná

Quarta-feira 6 de abril de 2022 **Ano 01 | Número 61**

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

O subcoordenador - LAURO GONDIM GUIMARÃES, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Instrução Normativa nº 040/2020, com fundamento na LCE nº 136/2011 e na Deliberação CSDP nº 11/2020, resolve ALTERAR PROGRAMAÇÃO DE FÉRIAS, conforme indicado abaixo:

ONDE SE LÊ:

CONCEDER FÉRIAS O DEFENSOR PÚBLICO infracitado conforme

especificado abaixo:

N	Cargo	Período	Férias		
Nome		Aquisitivo	Início	Fim	
	Defensor	01/01/2020 A 31/12/2020	09/05/2022	18/05/2022	
Lauro		01/01/2020 A 31/12/2020	11/07/2022	16/07/2022	
Gondim Guimarães	Público	01/01/2021 A 01/12/2021	17/07/2022	20/07/2022	
		01/01/2021 A 01/12/2021	05/12/2022	14/12/2022	

LEIA-SE:

CONCEDER FÉRIAS o DEFENSOR PÚBLICO infracitado conforme

especificado abaixo:

Nome	Comme	Período	Férias		
Nome	Cargo	Aquisitivo	Início	Fim	
Lauro Gondim Guimarães Defensor Público	01/01/2020 A 31/12/2020	02/05/2022	06/05/2022		
	Público	01/01/2020 A 31/12/2020	07/11/2022	17/11/2022	

Curitiba, 01 de abril de 2022.

LAURO GONDIM GUIMARÃES

Defensor Público - Coordenador em Exercício da Área de Família e Sucessões

